




ESTADO DE MATO GROSSO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Controladoria Geral de Controle Interno.

Barra do Bugres - MT, 06 de Dezembro de 2018.

PARECER TÉCNICO – CGCI Nº. 19/2018.

Protocolo nº 3605/2018
Data 06/12/2018
Hora 10:52

Leiridivalva dos Santos
Agente de Serviço Social

REQUERENTE: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT.

ASSUNTO: Contratos de Pessoal para Secretaria de Educação através de Processo Seletivo.

DESCRIÇÃO: Parecer Técnico realizado pela Controladoria Geral de Controle Interno, referente à contratação de pessoal através do Processo Seletivo simplificado nº 001/SMEC/2017, EDITAL Nº 015/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionado ao mês de Novembro de 2018.

O departamento de **Recursos Humanos** da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT, na pessoa da senhora **Dalvani Duque Santana**, se reportou a esta Controladoria Geral de Controle Interno através do OF. Nº 385/2018/DP, (**anexo I**) datado/recebido no dia 29 de novembro de 2018, o pedido de parecer técnico referente aos termos de contratos de pessoal que já foram realizados pela a Secretaria de Educação referente ao mês de novembro de 2018.

Tendo em vista a aplicação da resolução nº 13/2010 do TCE/MT, passo a opinar:

I - SOBRE AS INFORMAÇÕES GERAIS

Nas referidas contratações supracitadas não foram observadas ilegalidades por esta controladoria, na qual, as mesmas se deram através de um processo seletivo do **Processo Seletivo Simplificado nº 001/SMEC/2017**, que “dispõe sobre abertura de inscrição de processo seletivo Simplificado para


David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT- 009201/O-2





ESTADO DE MATO GROSSO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Controladoria Geral de Controle Interno.

contratação temporária de excepcional interesse público e formação de cadastro de reserva”.

A Contratante pagará aos Contratados (as), o salário designado pela lei vigente, tendo os mesmos a obrigação de dedicar nas suas funções, obedecendo desta forma à tabela de vencimentos constantes nas seguintes Leis a saber:

- ✓ Lei nº 2302/17, decreto nº 108/2017;
- ✓ Lei nº 2303/17, decreto nº 109/2017;
- ✓ Lei do orçamento anual (LOA) 2018;

Sendo assim, os atos de admissão de pessoal, termo aditivo e distrato/rescisão, nos preceituam o inciso III do art. 5º da resolução nº 13 do TCE/MT, a seguinte redação:

Art. 5º. Alterar o Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE-MT, aprovado pela Resolução Normativa 1/2009, para exigir, a partir da competência maio/2011, a remessa do parecer do controle interno, por meio físico e/ou eletrônico, conforme o caso: (grifei)

I. Em cada processo de benefício previdenciário concedido pelas organizações estaduais e municipais;

II. Em todos os processos de concursos públicos, processos seletivos simplificados e processos seletivos públicos abertos pelas organizações estaduais e municipais;

III. Sobre a totalidade das admissões de pessoal realizadas no mês pelas organizações municipais; (grifei)

IV. Sobre a totalidade das admissões de pessoal realizadas no quadrimestre pelas organizações estaduais.

Neste sentido, em obediência, a resolução Nº 013/2010 do TCE/MT, o controle interno vem através deste, fazer o presente parecer sobre os atos de pessoal referente à contratação do mês de **Novembro De 2018**, os aprovados e classificados listados no anexo I deste documento.


David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT- 009201/O-2





II - DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto dos presentes Contratos, é a **Prestação de Serviço** junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos Cargos que se referem conforme a **Homologação dos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/SMEC/2017, EDITAL Nº 15/2018**, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios do Estados de Mato Grosso ANO XIII/ Nº 2.915, em 12 de fevereiro não foi identificado nenhuma irregularidade no processo seletivo supracitado.

III - SOBRE O TESTE SELETIVO

A controladoria Geral de Controle interno fez análise dos contratados listados no OF. Nº 385/2018/DP, juntamente com a **Homologação dos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/SMEC/2017**, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios do Estados de Mato Grosso ANO XII/ Nº 2.881, em 22 de dezembro não foi identificado nenhuma irregularidade no processo seletivo supracitado.

IV - SOBRE OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PESSOAL

Em caso de contratação temporária pelo ente público, podemos analisar que “a Constituição Federal, no inciso II do artigo 37, determina que a investidura em cargo ou emprego público depende e **aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos**. O inciso IX do mesmo artigo **faculta a contratação por tempo determinado**, desde que haja lei municipal regulando essa contratação”. (Acórdão nº 1.582/2001). (grifei)

A resolução de consulta nº 14/2010 traz uma exceção, nos casos de contratação temporária de excepcional interesse público, **desde que realizado processo seletivo simplificado**.

De acordo com a resolução de consulta nº 14/2010, podemos analisar os seguintes critérios objetivos, a saber:

1. “A ordem constitucional de ingresso nos quadros dos entes públicos é mediante concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal).
2. Sendo exceção à regra, os casos de contratação por necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Constituição Federal) **devem ser realizados por processo seletivo**

David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT- 009201/O-2





ESTADO DE MATO GROSSO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Controladoria Geral de Controle Interno.

simplificado, nos termos da lei própria de cada ente, contendo os seguintes critérios objetivos:

- a. o processo seletivo deverá obedecer aos princípios constitucionais – mormente os da publicidade, impessoalidade e razoabilidade;
 - b. é vedado realizar contrato temporário quando não houver excepcional interesse público; e
 - c. a forma de avaliação do processo seletivo simplificado se perfaz com critérios mínimos e objetivos que atendam a exigência da função a ser desempenhada, sendo realizada por meio de provas e, de forma complementar, por análise curricular, entrevista, seleção psicológica, dentre outros, desde que tenham como base o grau de escolaridade e o tempo de experiência.
3. Todos os documentos relativos ao processo seletivo realizado pela Administração Pública Estadual e Municipal deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas, conforme o Manual de Orientação para a remessa de documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso”. (grifei)

No entanto, de acordo com as documentações enviadas pelo departamento de recursos humanos (Davani Duque Santana), à esta Controladoria Geral de Controle Interno, os respectivos contratos dos servidores acima supracitados foram realizados dentro dos termos legais, obedecendo à ordem de classificação do seletivo supracitado.

Neste sentido, passa a fazer parte deste parecer no **anexo I**, os seguintes documentos enviados a esta Controladoria para o devido parecer requerido pelo departamento de recursos humanos, assim, como segue:

1. Ofício de encaminhamento do departamento de recursos humanos à Controladoria – **OF. Nº 385/2018/DP; Anexado os** Ofícios da Secretaria de Educação ao departamento de recursos humanos Solicitando os contratos conforme segue os documentos abaixo relacionados a pessoa a serem contratada:
 - a) **OF. Nº 385/2018, Dpto. Educando/SMEC → EDITH DE ARRUDA TATEHIRA – CPF 000.159.211-40**
 - b) **OF. Nº 385/2018, Dpto. Educando/SMEC → SANDRA MARIA DOS SANTOS CASSIANO – CPF 714.415.901-10.**


David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT- 009201/O-2





V - CONCLUSÃO

Após análise dos documentos supracitados a Controladoria Geral de Controle Interno chegou à conclusão de que o contrato acima supracitados está de acordo com os fundamentos prescritos no § 2º do art. 289 da lei Complementar nº 001/2005, assim como segue:

{...}

§2º. O preenchimento dos referidos empregos dar-se-á mediante processo seletivo simplificado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

{...}

Os referidos contratos estão também em conformidade prescrita conforme a resolução de consulta nº 14/2010, assim como segue:

[...]

*c. a forma de avaliação do processo seletivo simplificado se **perfaz com critérios mínimos e objetivos** que atendam a exigência da função a ser desempenhada, **sendo realizada por meio de provas e, de forma complementar, por análise curricular, entrevista, seleção psicológica, dentre outros**, desde que tenham como base o grau de escolaridade e o tempo de experiência.*

[...]

O pedido de parecer técnico reportado a esta controladoria foram realizados após os contratados já estarem em exercício de suas funções, fato este, que só cabem a controladoria opinar se estão dentro da legalidade ou não. Não cabendo neste caso a controladoria, opinar sobre favorável ou desfavorável a devida contratação, sendo de que o ato administrativo já esta consumado, onde, os respectivos servidores já se encontram em pleno exercício de suas funções executando o objeto.

Neste sentido, entendemos serem legitimamente legais os contratos acima supracitados e assinados por esta gestão conforme documentação apresentada em anexo.


David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT - 009201/O-2





ESTADO DE MATO GROSSO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Controladoria Geral de Controle Interno.

É a nossa opinião e orientação técnica, acrescida da disposição de bem servi-los colocando-nos disponíveis para esclarecimentos adicionais.

Salvo melhor juízo, é o nosso Parecer Técnico.

David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT- 009201/O-2

A Vossa Senhoria
Dalvani Duque Santana – Escrituraria

David Marques de Queiroz
Controlador Geral
CRC/MT- 009201/O-2



6